

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC ARTUR BABINSCK PEREIRA

OPERAÇÃO OVERLORD:

a morte de civis na Normandia foi ofuscada pelo sucesso do desembarque

Rio de Janeiro

2019

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CEMOS 2019

OPERAÇÃO OVERLORD:

a morte de civis na Normandia foi ofuscada pelo sucesso do desembarque

Rio de Janeiro

2019

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC ARTUR BABINSCK PEREIRA

OPERAÇÃO OVERLORD:

a morte de civis na Normandia foi ofuscada pelo sucesso do desembarque

Rio de Janeiro

2019

CEMOS 2019

OPERAÇÃO OVERLORD:

a morte de civis na Normandia foi ofuscada pelo sucesso do desembarque

Rio de Janeiro

2019

CC ARTUR BABINSCK PEREIRA

OPERAÇÃO OVERLORD:

a morte de civis na Normandia foi ofuscada pelo sucesso do desembarque

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CC Thiago Montila Tavares de Almeida

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2019

CEMOS 2019

OPERAÇÃO OVERLORD:

a morte de civis na Normandia foi ofuscada pelo sucesso do desembarque

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CEMOS 2019

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me guiado com saúde até o presente momento e à minha família, pela compreensão nos períodos de ausência e pelo incentivo que me dão todos os dias.

Agradeço ainda ao meu orientador, CC MONTILA, pela ajuda, disponibilidade e por toda atenção e orientação durante o desenvolvimento deste estudo acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me guiado com saúde até o presente momento e à minha família, pela compreensão nos períodos de ausência e pelo incentivo que me dão todos os dias.

Agradeço ainda ao meu orientador, CC C-EMOS 2019, pela ajuda, disponibilidade e por toda atenção e orientação durante o desenvolvimento deste estudo acadêmico.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o desembarque da Normandia, realizado em 6 de junho de 1944, pelos aliados na Segunda Guerra Mundial, de modo a verificar se os danos colaterais – como a morte de milhares de civis franceses provocada por meio das ações aéreas dos aliados, antes e durante a invasão –, foram intencionais e se estão de acordo com a teoria moderna da Guerra Total. Para alcançar o objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, empregando-se a metodologia descritiva e analítica. A dissertação ainda teve por base a teoria absoluta da guerra de Clausewitz, que ressalta a importância da guerra como continuação da política por outros meios, e o Direito Humanitário Internacional vigente à época. Após realizada a análise, foi possível identificar, como resultado, as verdadeiras intenções por parte dos aliados para o sucesso do desembarque.

Palavras-chave: Normandia. Danos colaterais. Morte de civis. Guerra total. Direito humanitário. Bombardeios. Ações aéreas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DHI -	Direito Humanitário Internacional
DI -	Direito Internacional
DICA -	Direito Internacional dos Conflitos Armados
EUA -	Estados Unidos da América
ONU -	Organização das Nações Unidas
TO -	Teatro de Operações
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	A TEORIA MODERNA DA GUERRA TOTAL	10
2.1	A TEORIA DA GUERRA DE CLAUSEWITZ.....	10
2.2	CONCEITO DE GUERRA TOTAL DE LUDDENDORFF	12
2.3	CONCEITO MODERNO DA GUERRA TOTAL.....	13
3	OBJETIVO MILITAR E SUA LEGITIMIDADE	15
3.1	O DIREITO HUMANITÁRIO INTERNACIONAL	15
3.2	DESIGNAÇÃO DO OBJETIVO MILITAR.....	16
4	A OPERAÇÃO OVERLORD.....	18
4.1	FATORES PRELIMINARES ANTES DO INÍCIO DA OPERAÇÃO.....	18
4.2	OS DANOS COLATERAIS.....	20
4.3	AS FORÇAS ALIADAS	22
4.4	AS AÇÕES AÉREAS DOS ALIADOS	23
5	A INVASÃO SOB A LENTE DA TEORIA MODERNA DA GUERRA TOTAL E À LUZ DO DIREITO HUMANITÁRIO INTERNACIONAL	26
5.1	ANÁLISE DO DESEMBARQUE NA ÓTICA DA TEORIA MODERNA DA GUERRA TOTAL.....	26
5.1.1	A fase do planejamento	26
5.1.2	A fase das ações aéreas	27
5.1.3	Os efeitos da vitória	28
5.2	ANÁLISE DO DESEMBARQUE À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	28
5.2.1	O objetivo militar.....	29
5.2.2	Da Legitimidade.....	29
6	CONCLUSÃO.....	31
	REFERÊNCIAS.....	34
	ANEXOS	47

1 INTRODUÇÃO

O Desembarque na Normandia, realizado em 6 de junho de 1944, foi o combate que sempre será lembrado, porque marcou o princípio da libertação da Europa Ocidental da terrível ocupação nazista. A escala dos preparativos para a invasão não tinha precedentes. Nunca antes se tinha colocado em marcha uma operação marítima daquela envergadura. Quando os soldados embarcaram e partiram em direção ao Canal da Mancha, a visão de milhares de navios e aviões era assombrosa.

Foi também um acontecimento de grande importância para todos os aliados. Muitos deles vinham de países, como a França, que tinham sido ocupados nos quatro anos anteriores pelas forças armadas alemãs, depois das vitórias devastadoras de 1940. Para os franceses, o momento de ajudar a libertar sua pátria era especialmente comovente. Para os britânicos, marcou sua volta ao continente depois de amargar a retirada de Dunquerque. Para os soldados estadunidenses, a invasão representava um momento de suprema obrigação. Os EUA, mais uma vez, saíam ao resgate de uma Europa devastada pela guerra.

O sucesso da invasão parece inevitável devido à superioridade militar dos aliados, principalmente no que tange a superioridade aérea. Os bombardeios foram fundamentais para o êxito do desembarque. Entretanto, os danos colaterais¹ ocasionados por eles foram inestimáveis, sobretudo no que se refere à morte de civis franceses, pois há dúvidas se, durante a Operação Overlord, ela teria sido intencional por parte dos aliados. Ademais, segundo reportagem do jornal El País, a morte de 20 mil civis e a destruição geral (120 mil imóveis viraram ruínas, 270 mil foram muito danificados, 43 mil hectares de terras cultiváveis foram destruídos) ficaram em segundo plano, pois mostrar vítimas civis bombardeadas ofuscaria a

¹ Dano colateral é qualquer dano causado a objetos ou pessoas diferentes do alvo pretendido. É um termo frequentemente utilizado nos meios militares para definir a destruição de alvos civis ou morte acidental de não combatentes.

imagem de glória e heroísmo dos soldados anglo-americanos que o Estado desejava associar ao desembarque (ALTARES, 2014).

O propósito deste trabalho é analisar o desembarque da Normandia, em 1944, de modo a verificar se os danos colaterais como a morte de civis franceses por meio das ações aéreas dos aliados foram intencionais e se estão de acordo com a teoria moderna da Guerra Total. Para atingir o propósito, o trabalho assumiu como hipótese que os danos colaterais como a morte de civis franceses na Operação Overlord não foram intencionais por parte dos aliados.

A pesquisa será apresentada nesta dissertação por meio de seis capítulos, a contar com esta introdução. Assim, no segundo capítulo será apresentado o pensamento do teórico de Carl von Clausewitz (1780-1831), em sua teoria de guerra absoluta, que destaca a importância da guerra como a continuação da política por outros meios. Adicionalmente, ainda nesse capítulo, será apresentado o conceito da guerra total do General alemão Erich Ludendorff relativo à Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Por fim será apresentada uma visão teórica da atualidade acerca da teoria moderna da guerra total referente à Segunda Guerra Mundial (1939-1944), de forma a contextualizar as ações dos aliados na invasão da Normandia dentro do presente conceito dessa teoria.

Dando continuidade ao estudo e a fim de melhor entender o contexto da Operação Overlord, no terceiro capítulo será apresentado o Direito Humanitário Internacional (DHI) vigente à época. Posteriormente, será abordado o conceito de objetivos militares, os quais normalmente tem servido de referência para discussões sobre a legitimidade dos danos colaterais causados pela força beligerante

Para entendermos melhor a Operação Overlord, no quarto capítulo será apresentada uma descrição sucinta da batalha como um todo, dando mais ênfase às ações aéreas realizadas pelos aliados. Ademais, serão apresentadas algumas evidências relacionadas com o propósito deste trabalho.

Em seguida, no quinto capítulo será analisada a aderência da Operação Overlord com a teoria moderna da guerra total. Posteriormente, serão analisados os danos colaterais por ocasião das ações aéreas na invasão da Normandia, na ótica do DIH.

Por fim, no sexto capítulo serão apresentadas as considerações finais acerca do estudo de acordo com a análise feita e com as evidências e informações obtidas.

2 A TEORIA MODERNA DA GUERRA TOTAL

Este capítulo tem como propósito apresentar a Teoria da Guerra Absoluta de Carl von Clausewitz, a fim de acompanhar sua evolução até o seu conceito moderno, empregado na Segunda Guerra Mundial.

No intuito de abordar a Teoria da Guerra Total sob uma nova perspectiva, será apresentado o conceito da Guerra Total do General alemão Erich Ludendorff relativo à Primeira Guerra Mundial.

Por fim, será exposto o conceito moderno da Guerra Total descritos por John Baylis, James J. Wirtz e Colin S. Gray, com o intuito de verificar sua aderência com as ações desencadeadas na invasão da Normandia.

2.1 TEORIA DA GUERRA DE CLAUSEWITZ

A teoria proposta por Clausewitz² abarca a natureza da guerra, fundamentando-se muito nos eventos de sua época. Os feitos de Napoleão Bonaparte³ constituem a grande referência, tornando Clausewitz um autor clássico da arte da guerra (CLAUSEWITZ, 1976).

De acordo com Clausewitz (1976), a guerra é um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade. Uma de suas concepções máximas versa sobre a guerra ser meramente a continuação da política por outros meios, isto significa dizer que a guerra é apenas uma extensão da atividade política, que ela não é de modo algum autônoma. Todo o

² Carl von Philipp Gottlieb Clausewitz foi um militar prussiano que viveu entre 1780 e 1831. Participou de combates por seu país, além de desempenhar funções acadêmicas voltadas à formação de pessoal e de doutrina para seu exército. Durante sua vida, escreveu o compêndio *Vom Krieg* (Da Guerra), obra que aborda sua teoria sobre a guerra, alvo de estudos e discussões em universidades e academias militares pelo mundo até a atualidades (LEONARD, 1988 apud ECEME, 2014).

³ Napoleão Bonaparte foi um líder político e militar durante os últimos estágios da Revolução Francesa. Adotando o nome de Napoleão I, foi Imperador dos Franceses de 18 de maio de 1804 a 6 de abril de 1814. Por meio das guerras napoleônicas, ele foi responsável por estabelecer a hegemonia francesa sobre maior parte da Europa. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Napoleão_Bonaparte>. Acesso em: 10 jun. 2019.

empreendimento e condução das operações militares ocorrem submetidos à política de forma que o planejamento e o caráter da guerra sejam determinados pela política.

A política, por sua vez, determina o rumo da guerra. A autoridade de maior hierarquia estabelece as condições de como ela será realizada. Nesse cenário, Clausewitz amplia o conceito da guerra como a continuação da política por outros meios. Desse modo, ele vislumbra que a guerra é vista como ato ou instrumento da política (CLAUSEWITZ, 1976).

Clausewitz entende que a guerra é basicamente matar e morrer. Ele desconsidera a noção de que a guerra pode ser travada sem derramamento de sangue: pessoas de bom coração poderiam, é claro, pensar que havia alguma maneira engenhosa de desarmar ou derrotar um inimigo sem muito derramamento de sangue. Por mais agradável que pareça, é uma falácia que deve ser exposta: a guerra é algo tão perigoso que os erros que vêm da bondade são os piores (CLAUSEWITZ, 1976).

Desse modo, a guerra é uma disputa entre exércitos, generais e estados. O autor afirma que a guerra é como uma competição física e mental, tanto de um lado quanto do outro. Finalmente, ele argumenta que a guerra é uma atividade social. Como alguém que viveu a tentativa de fixar o outro para que ele não avance, tentando, ao mesmo tempo, evitar ser imobilizado (CLAUSEWITZ, 1976).

Em relação à natureza e características da guerra, o pensador prussiano, reflete que todas as guerras têm a mesma natureza, e faz uma analogia de que a guerra é mais do que um verdadeiro camaleão, que adapta um pouco suas características a uma determinada situação (CLAUSEWITZ, 1976).

No interior da guerra, atuam forças que Clausewitz (1976) denominou de trindade paradoxal – violência, ódio e inimizade – da qual a primeira corresponderia às pessoas, a segunda, ao comandante e a última, ao governo.

Outro conceito definido pelo prussiano é o Centro de Gravidade, que é o ponto central de todo o poder e movimento, do qual tudo depende. É contra esse ponto que todas as energias devem ser direcionadas, para a obtenção de resultados decisivos e êxito no cumprimento da missão nas operações (CLAUSEWITZ, 1976).

Adicionalmente, define também o conceito de Fricção como o único que contém em maior ou menor grau os fatores que distinguem a guerra real da guerra “no papel”. A máquina militar, o exército, é no fundo muito simples e por isso parece fácil manejá-la. Mas há que ter em conta que nenhuma parte dele é feito de uma só peça, que tudo é composto por indivíduos, e cada um deles conserva a sua própria fricção em todas as direções (CLAUSEWITZ, 1976).

Além disso, o general prussiano refletiu a relação entre guerra e política, estabelecendo duas concepções distintas sobre guerra: a real e a absoluta. Em termos mais amplos, a guerra real corresponde àquela que existe em toda a sua complexidade, isto é, suscetível às probabilidades, acasos e imprevistos, enquanto a guerra absoluta trata-se de uma fantasia lógica, elaborada em termos abstratos (CLAUSEWITZ 1976).

Por fim, o conceito de guerra total é geralmente atribuído a Clausewitz, que, na verdade, estava interessado apenas no conceito filosófico relacionado à guerra absoluta, uma guerra livre de qualquer restrição política, considerada por ele impossível. Os dois termos, a guerra absoluta e guerra total, são frequentemente confundidos. Christopher Bassford, professor de estratégia da Escola Superior de Guerra dos Estados Unidos, descreve a diferença desta forma:

É também importante notar que o conceito de Clausewitz de guerra absoluta é distinto do conceito posterior de ‘guerra total’. Guerra total era uma prescrição de como efetivamente travar uma guerra caracterizada pelas ideias do General Erich Ludendorff (1865-1937), que assumiu de fato o controle do esforço de guerra alemão durante a I Guerra Mundial. Ela requer total subordinação da política para o esforço de guerra - uma ideia que era um anátema para Clausewitz – e assumir que a total vitória ou total derrota são as únicas opções. O conceito de guerra total não envolve a suspensão dos efeitos de tempo e espaço, como a idealização de Clausewitz. Clausewitz às vezes escrevia como se Napoleão tivesse se aproximado

ou mesmo alcançado o absoluto, mas isso é mero excesso retórico e claramente não consiste de sua definição cuidadosa (BASSFORD, 1994, pp. 12-13, tradução nossa).

2.2 CONCEITO DE GUERRA TOTAL DE LUDDENDORFF

Segundo Duarte (2005, p. 44), para os alemães, a Grande Guerra manifesta-se como a Guerra Total por meio do fundamento da guerra do material. Esse “material”, vai além dos próprios recursos materiais, também abrangendo outras duas dimensões: a tecnologia e a dinâmica (a mecânica, que abrange as duas primeiras).

Geyer (1994 *apud* Duarte, 2005, p. 45), ressalta que, para Erich Friedrich Wilhelm Luddendorff⁴ – que havia sido chefe do Estado-Maior dos exércitos alemães na frente ocidental –, um dos principais atributos da Primeira Grande Guerra foi substituição gradual do trabalho humano pelo trabalho mecânico. Foi naquela guerra que, pela primeira vez, uma metralhadora daria lugar a muitos homens de um pelotão de infantaria para proteger uma posição.

A noção do material como dinâmica de guerra é fruto da visão alemã da guerra total. Há uma ligação intrínseca entre o material, o dinamismo, a máquina, o movimento, a tecnologia, a velocidade e a instantaneidade da ação. A guerra do material tem mobilidade graças à tecnologia e às máquinas industriais. Exatamente por isso a guerra total é considerada, pelos alemães, como a guerra móvel, pois é a guerra da máquina industrial, ou seja, material (DUARTE, 2005).

Diante dos fatos expostos acima, Ludendorff, contrariamente a Clausewitz, considerava que, na guerra total, à política caberia, tão somente, a tarefa de procurar desenvolver toda a força vital do povo, ficando os objetivos da condução da guerra total ao comandante supremo militar.

⁴ Erich Ludendorff foi um general, com poderes praticamente ditatoriais nos últimos meses da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Ao lado de Paul von Hindenburg levou os alemães à vitória na Batalha de Tannenberg, tornando-os heróis por toda a Alemanha. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Erich_Ludendorff>. Acesso em: 10 jun. 2019.

2.3 CONCEITO MODERNO DA GUERRA TOTAL

A expressão “guerra total” é anterior à era nuclear. Na longa história da guerra, é natural que algumas guerras sejam menos limitadas do que outras. As causas, os objetivos dos beligerantes, suas culturas e história de suas interações anteriores, as crenças e valores da época, as perspectivas de vitória, a possibilidade de intervenção externa – esses e muitos outros fatores influenciam a maneira e os meios de travar a guerra (BAYLIS; WIRTZ; GRAY, 2013).

Para Baylis, Wirtz e Gray (2013), a totalidade na guerra é um conceito relativo e não absoluto. A guerra total, no sentido absoluto, significaria lutar sem restrições. Após a experiência da derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, Erich Ludendorff argumentava que uma tecnologia particular como tanques e avião trariam a vitória rápida em uma guerra futura.

A guerra deve, portanto, ser caracterizada pela mobilização total de todos os recursos econômicos e humanos militares do Estado. A mobilização da população deve, portanto, adotar características ideológicas para sustentar o esforço de guerra, e uma ditadura política para concentrar toda a energia do estado em vencer a guerra (BAYLIS, WIRTZ e GRAY, 2013).

De acordo com Baylis, Wirtz e Gray (2013), na guerra total, os governos são tão exigentes de seus próprios cidadãos quanto são implacáveis em relação a seus inimigos. Os Estados baseiam-se em todos os recursos naturais que podem mobilizar com sucesso e tratam praticamente todos os elementos da sociedade dos adversários como um alvo legítimo, usando todas as armas que estão à sua disposição.

Segundo Baylis, Wirtz e Gray (2013), os cidadãos do estado são obrigados a servir nas forças armadas ou participar na produção de material de guerra, direitos civis e políticos

são constrangidos, a economia é subordinada ao esforço de guerra, todas as armas, não importa quão indiscriminadas ou terríveis, são utilizadas e as forças armadas, a capacidade industrial e os cidadãos desarmados do oponente são considerados alvos legítimos, porque todos contribuem para o esforço de guerra do inimigo de maneiras tangíveis ou psicológicas.

Adicionalmente, essa lógica alcançou seu ápice com o bombardeio sistemático de civis na Segunda Guerra Mundial. Na prática, as guerras invariavelmente ficam aquém da totalidade em uma ou mais dimensões, como o escopo geográfico, o armamento empregado, a mobilização de recursos e população nacionais, a atitude em relação aos neutros, as estratégias de alvos e assim por diante (BAYLIS, WIRTZ E GRAY, 2013).

Recursos militares e civis não têm muita diferença na guerra total. O mesmo ocorre entre combatentes e não-combatentes, que têm peso estratégico semelhante, pois cada cidadão de um país em particular, ainda que seja civil, é considerado parte do esforço de guerra (BAYLIS, WIRTZ E GRAY, 2013).

Diante disso, guerra total é um moderno⁵ conceito de um conflito, de alcance ilimitado, ainda que seja usado há séculos. Nela, cada uma das partes que está em guerra utiliza todos os recursos disponíveis (humanos, naturais, industriais, agrícolas, tecnológicos e militares) com a intenção de aniquilar a capacidade do adversário avançar ou reagir. O maior exemplo de guerra total foi a Segunda Guerra Mundial, em especial durante a luta para reconquistar a Normandia, quando os países concentraram o esforço de guerra no seu potencial econômico, industrial e científico (BAYLIS, WIRTZ E GRAY, 2013).

⁵ Modemo: (adj.) relativo ou pertencente à época histórica em que se vive. (HOUAISS, 2001).

3 OBJETIVO MILITAR E SUA LEGITIMIDADE

A seguir serão apresentados e destacados os principais aspectos sobre o Direito Internacional Humanitário, à luz da época da Segunda Guerra Mundial, com o propósito de contextualizar, nos capítulos posteriores, a deliberação dos chefes civis e militares sobre os preparativos, o desembarque e os bombardeios na Normandia, que ocasionaram baixas de civis franceses.

Por fim, será abordado o conceito de objetivos militares, os quais normalmente têm servido de referência para discussões sobre a legitimidade da destruição de alvos ou baixa de civis, a fim de compreender, no final deste trabalho, se houve designação dos objetivos militares por parte das autoridades militares ou civis, por ocasião dos bombardeios na Normandia.

3.1 O DIREITO HUMANITÁRIO INTERNACIONAL

Conhecido igualmente como "direito de guerra" e "direito dos conflitos armados", o direito humanitário internacional procura limitar o sofrimento humano, que é inevitável consequência da guerra. O direito humanitário internacional – ou *jus in bello* – determina como as guerras podem ser combatidas. Diferencia-se das normas que determinam quando as guerras podem ser empreendidas: o *jus ad bellum* da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) e a legítima defesa (BYERS, 2007).

Segundo Byers (2007), as normas do DHI podem ser encontradas basicamente nas quatro Convenções de Genebra de 1949 (e nas Convenções de Haia de 1907, suas antecessoras). Ainda conforme aduz o autor, são encontradas na segunda Convenção de Haia⁶, de 1907, as normas do DHI que

⁶ A Primeira Conferência Internacional de Haia, de 1899, e assim também a Segunda, de 1907, ficaram conhecidas, por inspiração da opinião pública, como Conferências da Paz. Elas tiveram um caráter inovador no campo da diplomacia e das relações internacionais. Foram, em primeiro lugar, conferências multilaterais que não lidaram com a organização da ordem internacional de um pós-guerra, como ocorreu, no século XIX, com o Congresso de Viena (1815), origem do Concerto Europeu que estruturou o sistema internacional eurocêntrico depois do

se prestam à proteção dos doentes e feridos em terra; os doentes, feridos e náufragos no mar; os prisioneiros de guerra e os civis (denominados “não combatentes”).

Byers (2007) destaca que um dos princípios fundamentais do direito humanitário internacional proíbe que civis sejam diretamente alvejados. A população civil como tal, assim como os civis individualmente considerados, não pode ser objeto de ataque. São proibidos os atos ou ameaças de violência que tenham como objetivo primordial espalhar o terror em populações civis.

Além disso, Byers (2007) considera, em geral, que a norma contra os ataques diretos a civis em conflitos armados assumiu a condição de norma do direito consuetudinário internacional, comprometendo todos os países, inclusive aqueles que não ratificaram os tratados, protocolos e convenções relevantes no caso.

De acordo com as afirmativas acima, o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) não impede a guerra, mas evita excessos. Um dos princípios fundamentais da Segunda Convenção de Haia, de 1907, também é a proibição de indivíduos ou populações civis serem alvejados diretamente, não podendo ser alvo de ataque. Além de constar desse tratado amplamente ratificado, esta diretriz assumiu condição de norma do direito consuetudinário internacional, incluindo assim os países que não tenham ratificado aqueles tratados.

3.2 DESIGNAÇÃO DO OBJETIVO MILITAR

Segundo o Manual de Direito Internacional aplicado às Operações Navais da Marinha do Brasil (EMA-135) os objetivos militares limitam-se àqueles que por sua natureza,

período das guerras napoleônicas. Com efeito, as duas conferências tiveram como lastro instigador a ideia da paz, defendida pelos movimentos pacifistas do século XIX que se organizaram no âmbito da sociedade civil, reagindo aos horrores da guerra magnificados pela destrutividade das armas que a inovação tecnológica foi propiciando (LAFER, 2006, p. 1).

localização, finalidade ou uso contribuam eficazmente à ação militar, e cuja destruição parcial ou total, captura ou neutralização ofereça, nas circunstâncias do caso, vantagem militar concreta (BRASIL, 2007).

A vantagem militar não definida pelo Direito Internacional (DI) é um conceito subjetivo, podendo envolver uma grande variedade de considerações, inclusive a segurança da força atacante. Somente objetivos militares devem ser atacados. A título de exemplo, são alvos apropriados para um ataque efetuado a partir de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais contra o inimigo: navios de guerra, aeronaves militares e navios auxiliares, bases militares em terra, estaleiros de construção e reparo de navios de guerra, depósitos militares e armazéns, áreas de estocagem de petróleo, óleo combustível e lubrificantes, docas, facilidades portuárias, portos, pontes, aeródromos, veículos militares, peças de artilharia, paióis de munição, concentração de tropas, pontos de concentração de embarque, linhas de comunicações e outros utilizados para conduzir ou apoiar operações militares (BRASIL, 2007).

São também considerados alvos apropriados: acidentes geográficos, como passagens em desfiladeiros e montanhas, prédios e instalações que proporcionem apoio administrativo e de pessoal para operações militares e navais, ou seja, acampamentos, instalações de Comando e Controle, quartéis-generais e áreas de adestramento. Instalações de importância econômica, como linhas de comunicações inimigas, pátios de ferrovias, pontes, barcas, “*ferry-boats*” e instalações industriais que sejam empregadas na produção de material bélico e de geração de energia elétrica podem também se constituir em alvos para operações de ataque. Objetivos inimigos de importância econômica que indiretamente, porém de forma efetiva, possam apoiar e sustentar o esforço de guerra do inimigo, também podem ser atacados. (BRASIL, 2007).

Ataques a instalações como diques e represas são proibidos, caso a sua destruição

venha a resultar em perdas de vidas civis, desproporcionais à vantagem militar auferida. Similarmente, é proibida a destruição intencional de alimentos, colheitas, rebanhos, depósitos de água potável e outros objetos indispensáveis à sobrevivência da população civil, com o propósito específico de negar seu uso àquela população. Bens e propriedades civis, pessoal civil e outras pessoas protegidas, como membros das Forças Armadas pertencentes aos corpos de saúde e religioso e demais envolvidos em atividades que não aquelas destinadas a apoiar ou sustentar o esforço de guerra do inimigo não devem ser alvos de ataques (BRASIL, 2007).

Cabe ressaltar que o DICA possui cinco princípios fundamentais, conforme o manual EMA-135:

1. Distinção: distinguir entre população civil e combatentes, dirigindo suas ações unicamente contra alvos militares. Em decorrência desse princípio, não é mais aceitável a condução de bombardeiros aéreos de altitude, nem o emprego de armas incendiárias, sobre áreas que mesclam objetivos militares, bens de caráter civil e população civil. Na guerra marítima, que tem na identificação do alvo um dos seus maiores problemas, a aplicação deste princípio tende a ser mais difícil.

2. Limitação: restringe o direito das partes em conflito de escolher livremente os meios e os métodos de guerra que serão empregados. Segundo tal princípio, é proibida a utilização de armas, projéteis e materiais e métodos de guerra que causem males supérfluos, sofrimentos desnecessários ou danos extensos, duradouros e graves ao meio ambiente.

3. Proporcionalidade: estabelece que a força deve ser utilizada na medida exata para atingir os objetivos militares, evitando-se toda forma de violência que não seja necessária ao cumprimento da missão.

4. Humanidade: busca preservar a pessoa humana e garantir os seus direitos, protegendo-a das arbitrariedades durante o conflito armado. Tal princípio constitui a razão de ser do DICA, pois as limitações impostas às partes em conflito, visando à proteção da

população civil e de seus bens, são estabelecidas por razões humanitárias.

5. Necessidade militar: justifica a adoção de medidas que não estejam proibidas pelo DICA e sejam indispensáveis para vencer o inimigo. Leva em conta as necessidades inerentes ao cumprimento da missão em um conflito armado. Um Comandante, baseado nesse princípio, poderá reduzir, modificar ou flexibilizar, em casos excepcionais, as normas estabelecidas no DICA, a fim de poder cumprir a sua missão (BRASIL, 2007).

Diante das assertivas constantes do EMA-135 citado anteriormente, fica claro que não é ilegal causar baixas acidentais a civis ou danos colaterais a bens civis, durante um ataque, desde que seja um objetivo militar legítimo. Ao se fazer essa avaliação, deve-se ter em mente que a chamada “vantagem militar” se refere ao que se espera obter da operação militar como um todo, da qual o ataque é apenas parte dela, e não de eventos isolados ou partes da operação. Portanto, tais baixas acidentais e danos colaterais a civis não devem ser excessivos à luz da vantagem militar que se espera obter com o ataque.

Os responsáveis pela decisão militar devem tomar todas as precauções consideradas razoáveis, ponderando os aspectos humanitários e aqueles relacionados à ação militar, isto é, manter as baixas civis em um nível mínimo, sem se descuidar do cumprimento da missão e da preservação da segurança da força envolvida.

4 A OPERAÇÃO OVERLORD

Este capítulo tem como propósito abordar as principais ações aéreas realizadas pelos aliados na Operação Overlord, durante os preparativos e no próprio “Dia D”, no intuito de analisar no próximo capítulo as evidências obtidas pela operação e confrontá-las com a Teoria da Guerra Total, sob a luz do Direito Internacional.

A Batalha da Normandia, cujo codinome foi “Operação Overlord”, ocorreu quando países aliados deram início à invasão para a recuperação da Europa Ocidental, ainda sob o domínio de alemães na Segunda Guerra Mundial, em 6 de junho de 1944. Foi precedida pela Operação Netuno, conhecida mundialmente como “Dia D”, o desembarque, à costa da Normandia, de milhares de militares norte-americanos, britânicos e canadenses, de forma conjunta e organizada.

Durante a Operação Overlord, houve um ataque aéreo de 1.200 aviões, seguido do desembarque anfíbio de mais de 5 mil embarcações com 160 mil homens que atravessaram o canal da Mancha. Até o fim daquele mês, graças a esse ataque, era possível contar 3 milhões de aliados no território francês (BELOT, 1949).

4.1 FATORES PRELIMINARES ANTES DO INÍCIO DA OPERAÇÃO

Em dezembro de 1943, o General Eisenhower⁸ foi escolhido para comandar o Corpo Expedicionário e recebeu da junta de chefes de Estado-Maior Anglo-Americano as seguintes instruções: "O senhor entrará no continente europeu e, em conjunto com as outras nações aliadas, executará as operações necessárias para atingir o coração da Alemanha e

⁸ Dwight David Eisenhower foi o 34º Presidente dos Estados Unidos de 1953 até 1961. Antes disso, ele foi um general de cinco estrelas do Exército Americano. Durante a Segunda Guerra Mundial, ele serviu como o Comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa. E assumiu o planejamento da invasão da França e da Alemanha entre 1944 e 1945, na Frente Ocidental. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Dwight_D._Eisenhower>. Acesso em: 10 jun. 2019.

destruir os seus exércitos"(BELOT, 1949, p. 242). Estavam articulando como se dariam a Operação Overlord (invasão europeia) e a Operação Netuno (momento do desembarque das tropas aliadas na costa da Normandia).

A data do desembarque, fixada de início para o mês de maio, foi transferida para junho, a fim de que se aperfeiçoassem os preparativos. Havia motivos para a hesitação britânica. A operação era difícil e um desastre teria as mais sérias consequências. Seria necessário muito tempo para montar um dispositivo de igual envergadura, e o atraso poderia desencorajar os russos, que talvez pudessem ser conduzidos a uma paz de compromisso. Eisenhower iria jogar uma partida decisiva (BELOT, 1949).

O êxito da missão exigia duas condições preliminares: o domínio do mar e a supremacia aérea. A primeira já podia ser considerada como satisfeita, pois os submarinos alemães tinham sido dominados no Atlântico e as forças de superfície do *Reich*⁹ estavam enfraquecidas. Para a supremacia aérea o ponto culminante da luta foi atingido em fevereiro de 1944, quando a *Lutwaffe* fez um esforço geral para destruir a aviação estratégica aliada. Durante uma luta encarniçada de oito dias sobre os centros industriais importantes da Alemanha, a aviação de caça estratégica inimiga foi dizimada (BELOT, 1949).

No começo de julho de 1944, a situação enfrentada pelos aliados na Normandia era, no mínimo, desconcertante. Um mês antes, a 6 de junho, eles haviam realizado a maior operação anfíbia da história da guerra e conquistado pequeno ponto de apoio no continente europeu. Apesar das perdas, da confusão e da simples magnitude da operação, as coisas

⁹ *Reich* é uma palavra alemã que significa literalmente, em português, 'império' ou 'reino'. É o termo tradicionalmente usado para designar uma variedade de países soberanos, incluindo a Alemanha, em muitos períodos da sua história. *Reich* é proveniente de uma palavra germânica para "rei", que foi emprestada do celta. Tal como seu equivalente latino, *imperium*, *Reich* não implica necessariamente em uma monarquia. A República de Weimar e a Alemanha nazista continuaram a usar o nome *Deutsches Reich* apesar de, em ambos os casos, tratar-se de regimes republicanos. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Reich>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

saíram tão bem quanto se poderia esperar. Mas, desde então, os problemas se acumularam (MASON, 1974).

Antes que pudessem iniciar um ataque partindo da área de desembarque, libertar os povos subjugados da Europa Ocidental e avançar até o coração da Alemanha, os aliados enfrentavam a tarefa de aproveitar as conquistas da invasão para assumir o controle de área considerável do Norte da França, usando-a para acumular homens, munição e materiais suficientes para que, uma vez iniciado o ataque, nada os detivesse e impedisse as forças aliadas de inverter a situação na Europa e terminar satisfatoriamente a guerra no Ocidente (MASON, 1974).

De acordo com Belot (1949), para atingir esse objetivo foram alvejadas indústrias de aeronaves alemãs, o fornecimento de combustível e aeroportos, em um ostensivo bombardeio nesses locais. Rodovias, linhas férreas, infraestrutura de comunicações também foram alvo, para que o norte da França ficasse isolado, impedindo a chegada de reforços alemães. Os ataques ocorreram em diversos locais, assim como o planejamento de operações falsas, com o intuito de escamotear ao máximo o local e o momento corretos que se daria a invasão.

4.2 OS DANOS COLATERAIS

Às 10 horas da manhã do dia 5 de junho de 1944, na biblioteca de Southwick House, foi apresentada a última avaliação meteorológica a Eisenhower e a outros comandantes em chefe reunidos. Devido à discordância constante entre os colegas, principalmente os muito otimistas meteorologistas norte-americanos, ele teve de manter seu profético pronunciamento. Eisenhower sabia que, na reunião da noite, teria de dar uma opinião clara sobre a piora do tempo, prevista para o final de semana. A decisão de prosseguir ou adiar a investida deveria ser tomada muito em breve (BEEVOR, 2019).

Na mesma reunião, o Comandante em chefe da Força Aérea delineou o plano para criar um cinturão de rotas bombardeadas, passando por vilas e cidades pequenas, para, assim, prevenir ou impedir o movimento das formações inimigas. Perguntou se tinha liberdade para prosseguir, tendo em vista as baixas civis que resultariam dos bombardeios. Eisenhower anunciou sua aprovação “como necessidade operacional”. Foi decidido que seriam jogados folhetos para avisar os franceses (BEEVOR, 2019).

O destino dos civis franceses era apenas uma das muitas preocupações. Como comandante supremo, Eisenhower tinha de equilibrar rivalidades políticas e pessoais, mantendo, ao mesmo tempo, sua autoridade dentro da aliança (BEEVOR, 2019).

Devido às condições variáveis do tempo, o Comandante em chefe da Força Aérea precisava ter “total liberdade de ação”. Queria continuar atacando as refinarias de petróleo e a produção alemã de caças. As objeções foram rejeitadas por Eisenhower, numa grande reunião, em 25 de março, mas, ainda assim, eles tentaram fazer o que queriam. O General Spaatz¹⁰ também ressaltou o perigo de matar grande número de civis franceses. Para Churchill¹¹, isso era causa de imensa preocupação e ele escreveu a Roosevelt¹², argumentando que a Luftwaffe deveria ser o principal alvo (BEEVOR, 2019).

De acordo com Beevor (2019), Eisenhower temia o mau efeito que se produziria na população civil francesa com esses massacres, todos ocorrendo pouco antes do Dia D da Operação Overlord. Poderiam, com facilidade, modificar o sentimento francês para com os

¹⁰ Carl Andrew Spaatz foi um general norte-americano da Segunda Guerra Mundial. Como comandante das Forças Aéreas Estratégicas na Europa em 1944; com sucesso, fez pressão para que o bombardeio das instalações de produção de petróleo do inimigo fosse uma prioridade sobre outros alvos. Tornou-se chefe do Estado-Maior da recém-formada Força Aérea dos Estados Unidos, em 1947 (tradução nossa). Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Carl_Spaatz>. Acesso em: 20 jun. 2019.

¹¹ Winston Leonard Spencer-Churchill foi um político e estadista britânico, famoso principalmente por sua atuação como primeiro-ministro do Reino Unido durante a Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Winston_Churchill>. Acesso em: 20 jun. 2019.

¹² Franklin Delano Roosevelt foi um estadista e líder político americano e o 32º Presidente do Estados Unidos, de 1933 até sua morte em 1945. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Franklin_Delano_Roosevelt>. Acesso em: 20 jun. 2019.

libertadores britânicos e norte-americanos que se aproximam. Poderiam deixar como rastro um legado de ódio. Roosevelt rejeitou com firmeza o apelo de Eisenhower, em 11 de maio:

Por mais lamentável que seja a perda concomitante de vidas civis, a essa distância não estou disposto a impor restrições à ação militar dos comandantes responsáveis que, na opinião deles, possa interferir no sucesso da Operação Overlord ou causar mais perda de vidas das nossas forças aliadas de invasão (BEEVOR, 2019, p. 49).

Entretanto, esse revés não acalmou a angústia de Churchill com os franceses. Ele havia tentado estabelecer o limite de dez mil baixas civis, quando, então, queria que o bombardeio cessasse. Não parava de perguntar a Tedder¹³ se o número já fora alcançado. Também sugeriu que o seu Estado-Maior deveria consultar os franceses sobre os alvos (BEEVOR, 2019).

Ademais, as baixas civis foram de fato pesadas, assim como as de tripulantes de bombardeiros. O programa de bombardeio também tinha de atingir alvos bem mais distantes para impedir que os alemães deduzissem o lugar da invasão (BEEVOR, 2019).

Conforme narra Beevor (2019), o historiador oficial Forrest C. Pogue, durante as entrevistas com sobreviventes, descobriu que supuseram que todo o resto fora morto ou capturado. Esse tipo de névoa da guerra foi responsável por estimativas exageradíssimas de baixas, embora, por piores que fossem, ainda estivessem bem abaixo dos temores anteriores ao Dia D. O único fato garantido é que 3 mil civis franceses morreram nas primeiras 24 horas da invasão, o dobro do número total de norte-americanos mortos.

Na verdade, o cruel martírio da Normandia salvara o resto da França. Mas, o debate sobre o excesso aliado de bombardeio e artilharia está fadado a continuar. No total, 19.890 civis franceses foram mortos durante a libertação da Normandia, e um número ainda maior ficou gravemente ferido. Isso sem falar dos 15 mil franceses mortos e 19 mil feridos

¹³ Arthur William Tedder foi um Marechal da Força Aérea Real, do Reino Unido. Na Operação Overlord, Tedder foi nomeado Vice-Comandante do Quartel Supremo das Forças Expedicionárias Aliadas, sob o Comando de Eisenhower. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Arthur_Tedder>. Acesso em: 20 jun. 2019.

durante o bombardeio preparatório da Operação Overlord nos primeiros cinco meses de 1944. Dá o que pensar o fato de que 70 mil civis franceses foram mortos pela ação aliada no decorrer da guerra, número que excede o total de britânicos mortos pelo bombardeio alemão (BEEVOR, 2019).

Embora alguns vilarejos e áreas campestres tenham sido milagrosamente poupados durante as batalhas, grandes extensões de terra foram devastadas, com crateras de bombas, árvores desfolhadas e pomares destruídos. O fedor pestilento dos corpos apodrecidos e inchados do gado de rebanho ainda pendia pesado no ar. As baixas continuaram a aumentar depois da libertação devido às granadas e minas não detonadas. Perto de Troarn, dizem que morreu mais gente depois da batalha do que durante a luta. Muitas crianças morreram ao brincar com as granadas e a munição que encontravam, abandonadas pelos dois lados (BEEVOR, 2019).

Assim como as cidades arrasadas pelo bombardeio, os povoados e casas campestres de pedra que os alemães tinham usado como fortalezas foram destruídos pelo fogo de canhões e morteiros. Só no departamento de Calvados, localizado na região baixa da Normandia, 76 mil pessoas perderam suas casas e praticamente tudo o que possuíam. A pilhagem e os danos desnecessários causados pelos militares aliados só aumentaram a amargura sentida por muitos, nas emoções fortes e confusas da libertação (BEEVOR, 2019).

4.3 AS FORÇAS ALIADAS

Talvez os planejadores aliados fossem os culpados pela escolha desse setor para os desembarques do dia D. É certo que eles parecem ter-se preocupado muito menos com o terreno onde teriam de lutar do que com a natureza das praias onde se dariam os desembarques. Mas os problemas haviam sido examinados; os planejadores discutiram seriamente sobre se a

região prejudicaria os aliados em seu avanço depois da invasão ou se os ajudaria impedindo a mobilidade dos alemães (MASON, 1974).

As forças colocadas à disposição do General Eisenhower eram consideráveis. No início de junho as tropas, prontas a embarcar, eram constituídas de 17 divisões britânicas, 20 divisões americanas, uma francesa e uma polonesa. Nos Estados Unidos da América havia 41 divisões disponíveis. A aviação aliada na Grã-Bretanha compreendia 5.049 aviões de caça, 3.467 bombardeiros pesados, 1.645 bombardeiros médios, leves e torpedeiros, 698 aviões de combate de outros tipos, 2.316 aviões de transporte e 2.591 planadores. As forças navais, sob a autoridade de Eisenhower, compreendiam seis encouraçados, 23 cruzadores, 104 contratorpedeiros, 152 navios de escolta, quatro monitores e 5 mil navios auxiliares de desembarque. A capacidade total das forças navais de assalto permitia desembarcar 130 mil homens e 20 mil veículos nas três primeiras vagas (BELOT, 1949).

Nunca se poderá duvidar da ferocidade da luta no noroeste da França. E, apesar do desdém dos propagandistas soviéticos, a batalha da Normandia certamente foi comparável às da frente oriental. Durante os três meses do verão, o exército alemão sofreu quase 240 mil baixas e perdeu mais 200 mil homens aprisionados pelos aliados. O 21º Grupo de Exércitos, formado por britânicos, canadenses e poloneses, sofreu 83.045 baixas, e os americanos, 125.847. Além disso, as forças aéreas aliadas perderam 16.714 homens, mortos ou desaparecidos em ação (BEEVOR, 2019).

Segundo Belot (1949), o desembarque das tropas na Normandia é considerado historicamente como a maior incursão militar marítima já ocorrida. Essa operação acelerou o fim da guerra no continente europeu, pois obrigou as tropas alemãs a recuarem da Frente Oriental, que poderiam ter diminuído o avanço soviético. A abertura de uma nova frente na Europa Ocidental foi um enorme golpe militar e estratégico para as forças militares alemãs, que receavam repetir uma guerra de duas frentes, como ocorreu na Primeira Guerra Mundial.

4.4 AS AÇÕES AÉREAS DOS ALIADOS

A Operação Overlord começou precisamente à meia-noite e quinze do dia 6 de junho de 1944, que conservaria eternamente na História o nome de "D-Day" (Dia D). Naquele momento preciso, alguns homens cuidadosamente escolhidos e pertencentes às 101 e 82 divisões aerotransportadas americanas saltaram dos seus aviões no luar da noite normanda (RYAN, 1963).

As forças aerotransportadas traçaram assim as linhas de campo de batalha da Normandia. Entre elas, ao longo da costa francesa, estendiam-se cinco praias de desembarque, batizadas Utah, Omaha, Gold, Juno e Sword. Durante as horas que precederam a aurora, enquanto os paraquedistas se batiam nos obscuros caminhos baixos da Normandia, o exército mais colossal que o mundo jamais conhecera começava a reunir-se ao largo destas praias – cerca de cinco mil navios transportando mais de 200 mil soldados e marinheiros (RYAN, 1963).

Assim que o ataque aéreo começou, muitos correram instintivamente para o campo, onde se abrigaram em terreiros e celeiros. Quando finalmente juntaram coragem para voltar à Saint-Lô, localizada na região da Normandia, ficaram horrorizados com o cheiro dos cadáveres enterrados entre as ruínas. Cerca de 300 civis morreram. Tinham descoberto que a Normandia seria o cordeiro sacrificado para a libertação da França (BEEVOR, 2019).

Na véspera, os cidadãos de Saint-Lô, tinham se sentido mais tranquilos com a exatidão do ataque de um caça-bombardeiro americano à estação ferroviária. Mas, na noite de 6 de junho, às 20 horas, os bombardeiros aliados começaram a destruir sistematicamente a cidade, como parte da estratégia de bloquear os principais cruzamentos de estradas e, portanto, atrasar os reforços alemães que acorressem para a área da invasão. Os alertas aliados pelo rádio e pelos folhetos não foram recebidos ou não foram levados a sério (BEEVOR, 2019).

Para Eisenhower, o que melhor as Forças Aéreas poderiam fazer era o esforço principal para conquistar o objetivo de impedir o movimento do inimigo na Operação Overlord (TUTE; COSTELLO; HUGHES, 1975).

Na primavera de 1944, o bombardeio aliado tinha como objetivo principal a indústria petroleira alemã e os centros de comunicação. No momento da invasão a aviação aliada na Europa tinha desfalcado consideravelmente a Luftwaffe e tornado muito difícil a chegada rápida de reforços pela destruição das vias de comunicação e dos depósitos de combustível do inimigo (BELOT, 1949).

A hora do desembarque foi, naturalmente, alvo de um estudo aprofundado. Na Sicília, o ataque efetuado antes do nascer do sol tinha sido de surpresa total, porém, não se contava desta vez com semelhante sorte; o comando aliado preferia desembarcar ao amanhecer, de maneira a utilizar melhor o bombardeio aéreo e o fogo dos navios. Para permitir um bombardeio noturno eficaz da aviação, deveria ser escolhida uma noite com lua cheia (BELOT, 1949).

O Exército preferia desembarcar na preamar, porém, isso prejudicava a ação das embarcações de desembarque; os alemães tinham acumulado obstáculos no terreno descoberto pela baixa-mar, o que reforçava a decisão de desembarcar antes da preamar, a fim de permitir a destruição a seco da barreira, constituída de troncos pontiagudos, blocos e estacas de concreto e minas diversas (BELOT, 1949).

Estes obstáculos tinham sido fotografados pela aviação e, assim como as defesas da muralha do Atlântico, foram reproduzidos com perfeição nas praias inglesas para se estudar a melhor maneira de destruí-los. Previu-se a presença de veículos transportadores de passarelas para a travessia de fossos; treliças para reforçar o solo fofo das praias; embarcações portando um espigão na proa, com dispositivos para cortar a corrente das minas; e uma série de outros engenhos para limpar o terreno (BELOT, 1949).

Nas primeiras horas do dia 6 de junho, a aviação bombardeou as defesas inimigas. A envergadura do bombardeio pode ser avaliada pelo fato de as equipagens aéreas empregadas montarem a 30 mil homens. Os paraquedistas foram lançados nas regiões normandas de Sainte Mère l'Eglise e Caen. A varredura feita durante a noite não sofreu intervenção do inimigo, sendo um pouco prejudicada apenas pelas correntes transversais, vagas e vento (BELOT, 1949).

Contava-se com a surpresa estratégica, mas não com a tática que, no entanto, ocorreu. Na noite do dia 5, os navios aliados percebiam claramente o farol da comuna francesa de Barfleure e as casas da costa normanda. Entretanto, as baterias alemães não atiraram e ninguém em terra percebeu o que se passava. As más condições do tempo, as medidas antirradar e o bombardeio aéreo foram provavelmente as causas da falha alemã (BELOT, 1949).

O comando local não acreditava possível um desembarque no dia 6 de junho, em face da situação meteorológica. A partir do momento em que foi possível a observação aérea do tiro, os encouraçados e cruzadores bombardearam a grande distância as baterias costeiras. A resposta das baterias alemãs, dirigida em primeiro lugar sobre os grandes navios, foi ineficaz devido aos ataques aéreos e à impossibilidade de observação do tiro. As salvas dos navios de guerra aliados, os disparos próximos do grupo de apoio e o bombardeio aéreo desmoralizaram os defensores; apenas em Omaha, nuvens muito baixas impediram a ação dos bombardeiros pesados (BELOT, 1949).

Às duas horas, no Dia D, os céus estavam repletos de paraquedistas e planadores. Como um piloto relatou,

Houve um tremendo congestionamento e várias equipes quase colidiram com outras. Ao todo, havia aproximadamente 250 aeronaves lançando tropas na área ao mesmo tempo. Nas primeiras horas do Dia D, fomos deixados a cerca de 200 metros de distância, a alguns quilômetros da costa, atrás das praias da Normandia. Quando deixei a aeronave, pude ver algumas insígnias leves subindo lentamente, parecendo

longas filas de salsichas em chamas, e os fogos queimavam no interior, provavelmente parte do trabalho dos bombardeios aliados (TUTE; COSTELLO; HUGHES, 1975, p. 159).

Foi o que aconteceu em Saint-Lô, em Périers e sobretudo em Caen, a velha e conhecida cidade, que logo ficou reduzida a escombros. Nenhum comboio alemão conseguiu passar por ali em direção à costa. O Major Hayn, piloto americano, durante uma missão de reconhecimento, assistiu à agonia da cidade. O bairro de Vaucelles, com as pontes sobre o Orne e o canal lateral, tornara-se um verdadeiro caos esbraseado, onde os homens da infantaria alemã só podiam entrar com grande risco de vida, em meio aos incêndios que lavravam e às traves em chamas que por toda a parte desabavam (CARELL, 1965).

Segundo Beevor (2019), diversos aspectos tiveram origem na operação vitoriosa na Normandia. Com o sucesso das operações falsas, os alemães foram obrigados a se desdobrar na defesa de uma extensa área costeira. Por ser mantida a superioridade aérea dos aliados, os alemães foram impedidos de verificar em voos o que estava sendo preparado na Grã-Bretanha, também sendo incapazes de realizar ataques por meio de bombardeiros. Houve danos colaterais, como a baixa de civis franceses. Entretanto, porque houve uma severa destruição da infraestrutura de transporte da França, devido aos bombardeios de aliados e da resistência francesa, os alemães ficaram impossibilitados de conseguir reforços e suprimentos.

5 A INVASÃO SOB A LENTE DA TEORIA MODERNA DA GUERRA TOTAL E A LUZ DO DIREITO HUMANITÁRIO INTERNACIONAL

O capítulo anterior apresentou como a Operação Overlord se desenvolveu, desde o planejamento até as ações aéreas realizadas pelos aliados, tendo como resultado a morte de milhares de civis franceses.

Neste capítulo, em que pese a invasão da Normandia ser umas das operações mais complexas e bem-sucedidas da história, a análise limitar-se-á ao planejamento e às execuções das ações aéreas, na chamada Operação Overlord. Outrossim, o propósito deste capítulo é atingir três objetivos. O primeiro é identificar situações específicas que comprovem existir relações entre a Operação Overlord e a teoria moderna da guerra total. O segundo, é analisar a invasão da Normandia, à luz do Direito Humanitário Internacional. Por fim, no terceiro, concluir-se-á sobre os efeitos, no que tange os danos colaterais causados na Operação Overlord.

5.1 ANÁLISE DO DESEMBARQUE NA ÓTICA DA TEORIA MODERNA DA GUERRA TOTAL

Esta seção tem como propósito abordar as fases da Operação Overlord. Para tanto, será mostrada, na etapa de seu delineamento, a relação entre o planejamento e as ações aéreas e a teoria moderna da guerra total, fazendo uma retrospectiva do que vimos até o presente momento ao longo deste trabalho. Por fim, mostrar-se-ão os efeitos das respectivas ações aéreas da Operação Overlord, de forma a permitir, ao final deste capítulo, que se possa concluir sobre os efeitos desta operação na Segunda Guerra Mundial.

5.1.1 A fase do planejamento

Vamos recordar que, inicialmente, havia uma grande preocupação das autoridades militares e civis sobre os possíveis danos colaterais a serem cometidos, por ocasião da invasão da Normandia.

De acordo com Beevor (2019), a preocupação era que, após a invasão, os aliados fossem surpreendidos com novos movimentos das formações inimigas podendo, com isso, ser impedido o desembarque completo deles na Normandia. Por causa disso, desenvolveram um plano, definido por Eisenhower “como necessidade operacional”, para criar um cinturão de rotas bombardeadas, passando por vilas e cidades pequenas, para prevenir ou impedir a movimentação inimiga. E, para minimizar os danos colaterais foi decidido que seriam jogados folhetos para avisar os franceses.

Vale lembrar da preocupação de Eisenhower em não trocar o sentimento francês de admiração por quem os estava libertando (britânicos e americanos) pelo ódio devido aos possíveis (e muito prováveis) massacres que a população francesa poderia sofrer. E, por outro lado, a postura de Roosevelt, dizendo que, por mais lamentável que fosse a perda simultânea de vidas civis, não estaria propenso a restringir a ação militar dos comandantes responsáveis que de forma a afetar o sucesso da Operação Overlord ou causar mais mortes de combatentes aliados durante a invasão (Beevor, 2019).

Ademais, conforme descrevem Baylis, Wirtz e Gray (2013), o moderno conceito de guerra total trata-se de um conflito de cobertura sem limites, em que todas as partes que guerreiam entre si mobilizam todos os recursos que têm ao seu dispor, entre eles os humanos, industriais, agrícolas, militares, naturais e tecnológicos, com o intuito de, durante o enfrentamento bélico, evitar ou aniquilar com os empreendimentos do adversário.

Além disso, Baylis, Wirtz e Gray (2013) falam que praticamente não existe distinção entre combatentes e não-combatentes, ou seja, entre militares em guerra e civis de

um determinado país, pois podem ser considerados parte do esforço de guerra desse país. Também ressaltam, pelo mesmo motivo, que, durante as guerras não se faz diferença entre recursos militares e civis.

5.1.2 A fase das ações aéreas

De acordo com Beevor (2019), as baixas civis foram de fato pesadas pelo programa de bombardeio, que também atingiram alvos bem mais distantes para impedir que os alemães deduzissem o lugar da invasão.

Segundo Belot (1949), os aliados atingiram, em bombardeios intensos, indústrias de aeronaves alemãs, locais de fornecimento de combustível e aeroportos. Esse ataque foi fundamental para que garantissem a superioridade aérea e uma invasão exitosa. E, tudo isso também foi articulado com o ataque simultâneo para isolar por completo o Norte da França, atingindo, para isso, vias de transportes (ferrovias e rodovias) e toda a infraestrutura de comunicações e impedindo que reforços alemães chegassem. Para completar a arquitetura da Operação Overlord, ocorreram ataques generalizados, muitos deles em operações falsas, com o objetivo de impedir que o eixo descobrisse o local e o momento exato da invasão

Nesse contexto, as ações de bombardeios foram minuciosamente planejadas e ensaiadas. No que tange a teoria moderna da Guerra Total, o Estado exige rigorosamente de todos os seus cidadãos que sejam obrigados a servir nas forças armadas. A economia é subordinada ao esforço de guerra, porque tudo contribui contra o inimigo, ou seja, todo o esforço de guerra dos aliados, durante a Segunda Guerra Mundial, dependia da invasão bem-sucedida na Normandia, mas os danos colaterais eram bastante prováveis.

Mesmo após a invasão bem-sucedida na Normandia, na noite de 6 de junho, às 20 horas, os bombardeiros aliados começaram a destruir sistematicamente as cidades ao redor, como parte da estratégia de bloquear os principais cruzamentos de estradas e com o intuito de

atrasar os reforços alemães que acessem para a área da invasão, havendo, como consequência, baixa inexorável de civis.

5.1.3 Os efeitos da vitória

Conforme divulgado no jornal El País (2014), apesar da invasão bem-sucedida na Normandia, o mito do Dia D deixou em segundo plano a batalha como um todo. Primeiro, a sua brutalidade: não se tratou apenas do desembarque no inferno da praia de Omaha.

Ao analisar o planejamento das ações aéreas na invasão da Normandia em relação à teoria moderna da guerra total, considerando-se que cada cidadão de um determinado país, sendo soldado ou civil, pode ser considerado como parte de seu esforço de guerra, destaca-se a preocupação constante das autoridades relativa aos riscos de causar danos colaterais exacerbados, como a mortes de civis, e que os danos colaterais eram inevitáveis para o sucesso do desembarque em um cenário de guerra total, que para Baylis, Wirtz e Gray (2013), significaria lutar sem restrições.

Finalmente, as ações aéreas alinhadas à teoria moderna da guerra total, salientam a forte evidência de que, além de 15 mil franceses mortos devido aos bombardeios preparatórios da Operação Overlord, durante a libertação da Normandia, um total de 19.890 civis franceses morreram. Adicionalmente, cabe ressaltar que 70 mil civis franceses foram mortos pela ação aliada no decorrer da guerra, número que excede o total de britânicos mortos pelo bombardeio alemão.

5.2 ANÁLISE DO DESEMBARQUE À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Esta seção tem como propósito abordar a Operação Overlord, à luz do Direito Internacional Humanitário. Para tanto, será realizada uma análise do planejamento e das ações

aéreas no Desembarque da Normandia, na lente da Convenção de Haia de 1907. Por fim, mostrar-se-á se houve legitimidade nas ações aéreas da Operação Overlord, de forma a permitir, ao final deste capítulo, concluir sobre os efeitos dos danos colaterais desta operação na Segunda Guerra Mundial.

5.2.1 O objetivo militar

Em consoante com a Convenção de Haia de 1907, um dos seus princípios fundamentais é a proibição dos civis de serem alvejados diretamente, ou seja, a população civil, assim como os civis, individualmente considerados, não podem ser alvo de ataque. Além de constar deste tratado amplamente ratificado pela Inglaterra, esta norma assumiu condição de norma do direito consuetudinário internacional, incluindo, assim, os países que não tenham ratificado aqueles tratados, segundo Byers (2007).

Outrossim, segundo o Manual de Direito Internacional aplicado às Operações Navais da Marinha do Brasil (EMA-135) os objetivos militares limitam-se àqueles que, por sua natureza, localização, finalidade, ou uso contribuam eficazmente à ação militar e cuja destruição parcial ou total, captura ou neutralização ofereça, nas circunstâncias do caso, vantagem militar concreta, mesmo que haja danos colaterais como a morte de civis (BRASIL, 2007).

Como o próprio manual EMA-135 traduz, a vantagem militar não definida pelo Direito Internacional é um conceito subjetivo, podendo envolver uma grande variedade de considerações; somente objetivos militares devem ser atacados (BRASIL, 2007).

No caso dos bombardeios aéreos, para criar um cinturão de rotas bombardeadas, foi autorizado por Eisenhower ataque aéreo a vilas e cidades, a fim de impedir o movimento das formações inimigas.

O Comandante em chefe da Força Aérea perguntou se tinha liberdade para

prosseguir, tendo em vista as baixas civis que resultarão. Eisenhower anunciou sua aprovação “como necessidade operacional” (BEEVOR, 2019, p. 10).

Ao analisar as ações aéreas constantes do capítulo 4 deste trabalho, pode-se dizer que os alvos eram objetivos militares, pois contribuíram eficazmente à ação militar, com o impedimento do avanço alemão, para a retomada da Normandia pelos aliados.

5.2.1 Da Legitimidade

Ao analisar o conteúdo do EMA-135, fica claro que não é ilegal causar baixas acidentais a civis ou que haja danos colaterais a bens civis, durante um ataque, desde que seja um objetivo militar legítimo. Tais baixas e danos não devem, no entanto, ser excessivos à luz da vantagem militar que se espera obter com o ataque (BRASIL, 2007).

Conforme declara Beevor (2019), Churchill havia tentado estabelecer o limite de 10 mil baixas civis, quando, então, gostaria que o bombardeio cessasse, portanto havia uma preocupação constante daquela autoridade em estabelecer um limite de mortes de civis franceses, para não despertar posteriormente um sentimento de ódio pelos próprios franceses após a guerra. Entretanto, 15 mil franceses foram mortos somente durante o bombardeio preparatório da Operação Overlord.

Em relação à teoria moderna da guerra total, conforme afirmado por Baylis, Wirtz e Gray (2013), pouca diferença existe entre combatentes e não-combatentes. Os civis inimigos são considerados inimigos, pois fazem parte do seu esforço de guerra. Contudo, não estamos nos referindo à morte de civis inimigos e, sim, à morte de civis aliados. Dessa forma, Beevor (2019) comentou que a Normandia seria o “cordeiro sacrificado” para a libertação da França.

Conforme previsto no capítulo 2 do presente trabalho, para haver legitimidade nas ações aéreas autorizadas por Eisenhower, os ataques aos objetivos militares pelos

bombardeios, que causaram as mortes de civis franceses, teriam que obter uma vantagem militar concreta pelos aliados, que no caso era o impedimento do movimento alemão.

6 CONCLUSÃO

Ao longo da presente pesquisa buscou-se evidenciar os efeitos ocasionados pelas ações aéreas dos aliados, por ocasião do Desembarque na Normandia, de modo a consubstanciá-los numa conclusão que permitisse responder à questão de pesquisa colocada: Teria sido intencional a morte de civis franceses na Operação Overlord por parte dos aliados? Por conseguinte, assumiu-se a hipótese de que os danos colaterais, como a morte de civis franceses na Operação Overlord, não foram intencionais por parte dos aliados.

Para atingir este objetivo, empregou-se o método de abordagem descritiva por meio do estudo de caso da Operação Overlord, compreendida no Teatro de Operações (TO) Europeu da Segunda Guerra Mundial.

O segundo capítulo abordou três teorias de guerra, sendo a Teoria da Guerra Absoluta de Clausewitz a origem das duas outras teorias modernas da Guerra Total, capazes de permitir a análise e identificação dos efeitos das ações aéreas no desembarque na Normandia: a teoria da guerra total de Ludendorff, relativa à Primeira Guerra Mundial, e a teoria moderna da guerra total, relativa à Segunda Guerra Mundial. Foi, portanto, esta última estudada, a fim de prover o embasamento teórico necessário para as conexões a serem feitas nos capítulos seguintes.

No terceiro capítulo, foram apresentados superficialmente e destacados os principais aspectos sobre o Direito Humanitário Internacional, à luz da época da Segunda Guerra Mundial. A partir de então, foi abordado o conceito de objetivos militares, os quais normalmente têm servido de referência para discussões sobre a legitimidade da destruição de alvos ou morte de civis.

No quarto capítulo, aprofundou-se a pesquisa por meio da utilização de fatos ocorridos na Operação Overlord, os quais permitiram encontrar supostas evidências para a

resposta da hipótese da pesquisa, apresentando os efeitos que comprovariam os danos colaterais na invasão da Normandia.

No quinto capítulo, iniciou-se uma análise ao planejamento e as execuções das ações aéreas, na chamada Operação Overlord. A partir de então, foi estabelecida uma relação com a teoria moderna da guerra total e os efeitos por ela causados com as supostas evidências encontradas no quarto capítulo. Da mesma forma, em seguida, foi estabelecida uma relação entre as ações aéreas e o Direito Internacional Humanitário vigente à época.

Retomando o conteúdo do segundo capítulo, o conceito de guerra total é usualmente atribuído a Clausewitz, porém, ele estava interessado no conceito filosófico relacionado à guerra absoluta, ou seja, uma guerra livre de qualquer restrição política. É também importante salientar que o conceito de guerra absoluta de Clausewitz é diferente do conceito posterior de guerra total. A guerra total era uma prescrição de como fazer a guerra tipificada pelas ideias do general Erich Ludendorff, que assumiu o controle do esforço de guerra alemão, durante a Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, a guerra total significou a completa subordinação da política para um esforço de guerra, rejeitada por Clausewitz que afirmava que a guerra é uma extensão da política.

No que tange a invasão da Normandia, a batalha lá ocorrida foi muito mais intensa do que se tem em mente. De acordo com as evidências listadas no quarto capítulo, o mito do Dia D deixou em segundo plano a batalha como um todo. A invasão da Normandia não se tratou apenas do desembarque no inferno das praias Omaha, mas, também, as mortes de civis e a destruição geral de cidades que viraram ruínas. A baixa dos civis na Normandia foi esquecida pelas autoridades, pois, só queriam evidenciar a imagem gloriosa da vitória dos aliados e a libertação da França. Muitos momentos tratam da invasão bem-sucedida pelos aliados, porém, a maioria das bibliografias pesquisadas não fala do destino dos civis bombardeados.

Outrossim, vislumbradas as análises no quinto capítulo, deduz-se que a teoria moderna da Guerra Total tem uma relação direta com a Operação Overlord, porque tanto os civis como os militares fazem parte do esforço de guerra dos países beligerantes e, por isso, são capazes de se tornar objetivos militares.

Apesar de os civis franceses não serem o inimigo, as mortes foram consideradas aceitáveis justamente por ser uma Guerra Total, e que os planejadores militares aliados não mataram apenas por matar; o que pode ter ocorrido foram excessos nos bombardeios com danos colaterais de milhares de mortes de civis franceses.

Com base na Convenção de Haia de 1907, à luz do Direito Humanitário Internacional, a convenção protege os civis, porém não deixa claro quando há legitimidade nas ações que resultam na morte deles. O EMA-135 (BRASIL, 2007) foi citado apenas para ilustrar os termos dessa legitimidade.

Diante desses fatos, percebe-se que o ataque era legítimo, pois traria uma vantagem militar, mesmo que tenha havido danos colaterais bastante consideráveis como a morte de milhares de civis franceses.

No entanto, considerando-se a assertiva acima, apesar de serem legítimas as ações dos aliados, pode-se deduzir que as perdas de vidas humanas para o atingimento dos objetivos militares foram além do necessário.

Tendo em vista que o objetivo militar oferecia uma vantagem militar na Operação Overlord, é importante salientar o seguinte efeito alcançado pelos bombardeios, por ocasião do desembarque na Normandia: o impedimento do movimento alemão para uma retomada das praias da região francesa pelos aliados. Cabe ressaltar que as autoridades competentes no nível político e estratégico avaliaram e aprovaram o risco das ações aéreas, permitindo danos colaterais imensuráveis com a morte de milhares de civis franceses.

Em face dos resultados oriundos da pesquisa, tendo como hipótese que os danos

colaterais, como a morte de civis franceses, na Operação Overlord não foram intencionais por parte dos aliados, é lícito concluir que a hipótese assumida para a questão de pesquisa não é válida.

REFERÊNCIAS

ALTARES, Guillermo. **A batalha oculta por trás do Dia D**: a morte de civis na Normandia foi ofuscada pelo sucesso do desembarque. El País. 7 jun. 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/27/internacional/1401200835_330073.html>. Acesso em: 16 jun. 2019.

BASSFORD, Chistopher. **Clausewitz in English**: the reception of Clausewitz in Britain and American, 1815–1945. New York: Oxford University Press, 1994.

BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S. **Strategy in the Contemporary World**: an Introduction to Strategic Studies, 4. ed. United Kingdom: Oxford University, 2013. 428 p.

BEEVOR, Antony. O Dia D: A batalha que salvou a Europa. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019. 608 p.

BELOT, R. de. **A Guerra Aeronaval no Atlântico 1939-1945**. Tradução de Léo Fonseca e Silva, Rio de Janeiro: Record, 1949. 278 p.

BRASIL. Estado-Maior da Armada (EMA). **EMA-135: Manual de Direito Internacional Aplicado às Operações Navais**. Brasília: EMA, 2017. 177 p.

BYERS, Michael. **Lei da Guerra. Direito Internacional e Conflito Armado**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2007. 245 p.

CARELL, Paul. **Invasão 44**. Tradução de Augusto Souza. São Paulo: Flamboyant, 1965. 339 p.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. 3 v. Tradução de Teresa Barros Pinto Barroso. Prefácio de Anatole Rapoport. Lisboa: Perspectiva & Realidades, jun. 1976. (Teoria Política).

DUARTE, Antônio Paulo. **A Visão da “Guerra Total” no Pensamento Militar**. Nação & Defesa, n. 112. 3. série, Outono-Inverno 2005, p. 33-50.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (ECEME). **A aplicabilidade da teoria da guerra de Clausewitz...** 2014. Disponível em: <<http://www.eceme.eb.mil.br/pt/publicacoes-eceme-5/artigos-anteriores>>. Acesso em 5 jun. 2019.

LAFER, Celso. **Conferências da Paz de Haia (1899 e 1907)**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2nWtbGJ>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

MASON, David. **Normandia do “Dia-D” a derrocada**. Tradução de Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Renes, 1974. 160 p.

SILVA, Webert Leandro Barreto da; MESQUISTA, Ivan Muniz de. O princípio da distinção do direito internacional dos conflitos armados diante do sistema de aeronave remotamente pilotada. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS

DE DEFESA, 10, 2018, Brasília-DF, Anais... Brasília-DF: Abed, 3 a 5 set. 2018, pp. 2-19.

MODERNO. In: HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2.922 p.

RYAN, Cornelius. **O dia mais longo**. Tradução de Maria do Carmo Oliveira. São Paulo: Edipe, 1963. 270 p.

TUTE, Warren, COSTELLO, Jackson e HUGHES, T. **D-Day**. London: Pan Books, 1975. 256 p.